



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

| | |
|------------------------|----------|
| Publicação no D.O.E | |
| nº. 33815 | pág. 477 |
| de: 01 / 08 / 18 | |
| Caderno: Pub. Diversas | |

| CONSELHO DIRETOR DECISÃO Nº 236/2018 | |
|---|--|
| INTERESSADO (A): | Ednelson Sota da Silva |
| ASSUNTO: | Inadimplência de Prestação de Contas no âmbito do Programa Ciência na Escola – PCE – Edital nº 001/2017 – Decisão nº 276/2017-CD/FAPEAM. |
| PROCESSO Nº: | 01.01.016301.00000366.2018-FAPEAM |

DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO DIRETOR da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS, em reunião realizada nesta data, considerando:

a) inadimplência do Senhor **Ednelson Sota da Silva**, na Prestação de Contas Técnica Final do coordenador e dos bolsistas, referente ao projeto “A intertextualidade a partir das leituras dos textos narrativos”, no âmbito do Edital nº 001/2017 – PCE;

b) o disposto na Resolução nº 003/2017-CD/FAPEAM, o Departamento de Acompanhamento e Avaliação – DEAC/FAPEAM sugere que o coordenador permaneça incluído no cadastro de inadimplentes desta Fundação pelo período de 41 (quarenta e uma) meses, a contar da data do saneamento da inadimplência;

c) o parecer nº 196/2018-ASJUR/FAPEAM, que opina pela devolução do recurso concedido ao interessado por descumprimento do item 1.1, subitem 1.1.8 do Termo de Compromisso e Responsabilidade, combinado com o item 12, inciso VIII do Edital nº 001/2017, e conseqüentemente, a aplicação da penalidade prevista na Resolução nº 003/2017,

DECIDE:

I **DETERMINAR** a devolução dos valores recebidos pelo Senhor **Ednelson Sota da Silva**, no âmbito do PCE – Edital nº 001/2017, na importância de R\$ 2.766,00 (dois mil, setecentos e sessenta e seis reais), a ser atualizado monetariamente, em razão da ausência da Prestação de Contas Técnica Final;

II **APLICAR** penalidade com a permanência do seu nome no cadastro de inadimplentes desta Fundação pelo período de 41 (quarenta e um) meses, conforme disposto na Resolução nº 003/2017-CD/FAPEAM;

III **CIENTIFICAR** o interessado da Decisão do Colegiado;

IV **ENCAMINHAR** cópia dos autos do processo administrativo à Procuradoria-Geral do Estado – PGE/AM, em caso do não cumprimento do estabelecido no item I, com fins de recuperação do crédito aos cofres públicos nos termos do art. 2º, §3º da Lei nº 6.830/1980.

SALA DE REUNIÕES, em Manaus, 04 de maio de 2018.


Dercio Luiz Reis
Diretor Técnico-Científico
Conselheiro


Edson Barcelos
Presidente


Ordival Leite Rubim Filho
Diretor Administrativo-Financeiro
Conselheiro